

Diário do Legislativo de 27/03/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 137ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 137ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/3/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Andrade; questão de ordem; discursos dos Deputados Amílcar Martins e Mauro Lobo; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Miguel Martini; questões de ordem; leitura do requerimento; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Requerimento do Deputado Sebastião Costa; deferimento; ausência do orador - Requerimento do Deputado Paulo Pettersen; deferimento; ausência do orador - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, não há 39 Deputados em Plenário. Assim sendo, solicito a V. Exa. que encerre os trabalhos, uma vez que já estamos em votação.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para a continuação dos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Antônio Andrade, em que solicita seja mantida a preferência na apreciação da matéria em pauta e que este requerimento seja apreciado pelo processo simbólico.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, considerando que estamos em processo de votação e que o quórum exigido é de 39 Deputados, o que não temos, peço a V. Exa. que encerre a reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há número regimental para a continuação dos trabalhos. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Amílcar Martins. A Presidência solicita aos Deputados inscritos que se atenham ao requerimento. Conforme o Regimento Interno, não é permitido, de forma alguma, que a matéria discutida não esteja de acordo com a matéria em votação.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha primeira palavra é de estranhamento à recomendação do Presidente desta Casa. Seria preciso não conhecer o Regimento Interno, o funcionamento da Assembléia para, em um momento como este, discutir o sexo dos anjos. Não é esse nosso propósito.

Em cada momento, com a responsabilidade do meu mandato, que subir a esta tribuna, estarei aqui para discutir questões de interesse relevante para o povo de Minas. V. Exa. pode estar tranqüilo, não estarei aqui para discutir questões menores ou que não são pertinentes ao que está sendo discutido.

Neste momento, é preciso que se atente para a importância da discussão de requerimentos como este que está em minhas mãos, porque, dependendo da decisão deste Plenário, o resultado desta reunião e das decisões posteriores poderá ter um enorme impacto no futuro e na vida política de Minas.

Por isso, apelo a cada Deputado que está presente neste Plenário, à consciência, à sabedoria, à independência de cada um, para que, além da independência deste Poder Legislativo como um todo, a independência que cada Deputado, de acordo com sua consciência, tem para tomar livremente suas decisões, o faça de maneira consciente, corajosa, com o civismo do mandato que nos foi conferido pelo povo de Minas, pensando sempre em seus interesses maiores.

É com esse intuito, informado por esse pensamento, que venho a esta tribuna pedir a cada um dos senhores e senhoras que estão no Plenário, neste momento, que se permitam um processo de reflexão, para que o voto de cada um, em cada questão discutida neste Plenário, seja o resultado dessa reflexão, seja pensado, refletido e atenda aos interesses superiores do nosso Estado.

Não se permite, em uma Casa Legislativa como esta, um voto subalterno, que atenda a interesses menores, que, efetivamente, não corresponda à responsabilidade do mandato que nos foi conferido pelo povo de Minas.

Com esse intuito, olho nos olhos de cada um que me vê e ouve neste momento para solicitar um comportamento digno de cada um que está aqui. Digo isso depois de alguns anos na vida pública de Minas e de convívio permanente nesta Casa Legislativa e soberana.

Posso dizer que conheço e respeito os Deputados e, exatamente por isso, digo que, assim como o nosso povo, posso esperar sempre a melhor decisão, ou seja, a decisão mais refletida e conseqüente, em cada momento que esta Casa se reúne e é convocada a tomar uma decisão. O somatório dessas decisões, que, sozinhas, são eventualmente pequenas, compõe o conjunto que atenderá aos interesses do povo, trazendo a felicidade e o desenvolvimento a essa população tão sofrida de Minas Gerais.

Tenho, portanto, tranqüilidade ao me dirigir a todos os senhores, em uma noite de aparente tensão, esperando que o bom senso e a sabedoria tomem conta desta Casa, num espírito fraterno, de que todos temos que nos imbuir, para juntos escolhermos e decidirmos o que pode e deve ser melhor para o Estado e seu povo, tão desassistido, com tantas carências, pendências e dificuldades e que tanto espera de nós, que estamos imbuídos de uma responsabilidade especial, além da nossa de cidadania, pois estamos em um mandato a que fomos conduzidos por uma decisão soberana, superior: a do povo de Minas Gerais. Cada um de nós deve honrar essa decisão, o que aumenta, e muito, nossa responsabilidade.

Dessa forma, dirijo-me aos senhores e às senhoras, em especial ao Deputado Marcelo Gonçalves, que conheço de tantas lutas e de tantos anos. Conheço sua trajetória, seu passado e seu trabalho na Secretaria de Estado e nesta Casa, nas Comissões e nas CPIs e, por isso mesmo, tenho segurança para dizer que posso esperar muito da Assembléia Legislativa. Nenhuma expectativa será grande demais, porque vejo tudo isso no rosto de cada um. Vejo, por exemplo, o rosto da Deputada Maria José Hauelsen, que me escuta com tanta atenção; o do Deputado Fábio Avelar; o da Deputada Elaine Matozinhos, que, com tanta dignidade e competência, representa nossa polícia nesta Casa; o do Deputado Wanderley Ávila, companheiro de muitas jornadas e lutas; e o desse novo e bravo companheiro, Deputado Pedro Pinduca, que representa uma população irmã, já que sou vizinho de Betim e conheço o povo e os problemas desse município.

Por isso mesmo, digo aos senhores que é fundamental a discussão desse requerimento, porque, de cada decisão que esta Assembléia tomar, dependerá a felicidade do povo de Minas Gerais. Não houve ainda tempo para que entrasse no assunto que me trouxe a esta tribuna, que seria a discussão profunda e substancial do conteúdo desse requerimento.

Não havendo tempo para discutir substancialmente o requerimento, tenho a certeza de que outros companheiros virão a esta tribuna para dar continuidade a essa discussão tão relevante para os interesses de Minas Gerais. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para discutir um projeto de lei que originou esse requerimento que estamos encaminhando. É importante voltarmos a uns anos atrás para vermos como era a estrutura dos órgãos proporcionadores do nosso desenvolvimento. Refiro-me àquelas instituições que foram criadas na década de 60 e que eram voltadas para o estudo da nossa realidade sócio-econômica. Essas instituições começaram bem, com uma estrutura de pessoal e com técnicos do maior gabarito, para que pudessem prestar um serviço de alta relevância para o nosso Estado. Essas instituições são a Fundação João Pinheiro, o INDI e, muito especialmente, o BDMG. Quem não se lembra do famoso trabalho realizado na década de 60, que foi o diagnóstico de Minas Gerais, servindo para a elaboração de políticas públicas que vieram contribuir para a infraestrutura, a base para o desenvolvimento do nosso Estado?

O BDMG teve uma fase áurea em fins da década de 60 e na década de 70, fomentando o desenvolvimento do nosso Estado. Sem dúvida, o papel do BDMG, nesse período, era o de Banco de fomento, modelo de Banco imbuído da responsabilidade de trazer sua contribuição para o desenvolvimento do Estado. Sabemos que naquele grande "boom" de desenvolvimento em Minas, tínhamos à frente essas instituições, com sua proposta, com seu acompanhamento, com seu estímulo, enfim, com aquela atuação de instituições que eram o orgulho de Minas e que contribuíam para que tivéssemos, num determinado momento, o segundo parque industrial do Brasil.

O tempo foi passando, e a falta de políticas públicas voltadas para a valorização dessas funções, seja por parte do Governo Federal ou do Estadual, fez com que chegássemos a conhecer um processo de deterioração a partir do qual essas instituições passaram a não ter condições de dar o seu apoio ou de estar presentes na linha de frente do desenvolvimento de Minas Gerais. Por que isso aconteceu? Estamos vendo que, nos dias de hoje, as instituições do Estado não conseguem mais responder aos desafios do momento, porque foram colocadas em uma posição secundária, talvez por miopia administrativa daqueles que poderiam ter contribuído para o seu fortalecimento, para a continuação desse trabalho. Estamos vendo, hoje, que as instituições de pesquisa, de fomento, que fazem o levantamento das oportunidades de negócios em nosso Estado, não respondem mais às necessidades do nosso crescimento econômico e social. Foram colocadas numa situação secundária, de desconhecimento de sua importância. Estamos vendo que várias dessas instituições caminham para um fim trágico. Não têm condições de exercer seu papel, hoje, porque perderam seu quadro de funcionários, seus recursos humanos, aquela massa crítica de conhecimento que as tornava instituições de vanguarda para o desenvolvimento do Estado.

É isso que estamos vendo acontecer em relação ao BDMG, que ainda detém um quadro de técnicos de primeira linha, mas não tem aquela sucessão natural. Não tem funcionários novos, novos técnicos para absorver o conhecimento e dar seqüência às propostas da própria instituição. Estamos vendo isso acontecer também nas instituições de pesquisa, no CETEC, na EPAMIG, no IGA, no INDI, e é preciso que o Governo, a sociedade e nós, da Assembléia, repensemos esse modelo. Temos que mudar o encaminhamento desse processo para reconquistar essas instituições. Só assim poderão realizar aquelas propostas para as quais foram criadas e voltar a realizar aquele trabalho importante e fundamental para o crescimento econômico e social de Minas.

Quando vemos a proposta de extinção do Fundo SOMMA e vemos que esses recursos servirão para capitalizar o BDMG, entendemos que temos que apoiá-la, mas dentro de um projeto que traga esse benefício e fortaleça o Banco. É isso que estamos querendo: encontrar a melhor forma para que a extinção do Fundo não carregue mais recursos para a conta única do Tesouro; para que ele tenha um destino melhor, trazendo o fortalecimento do BDMG.

Questão de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, verificando a inexistência de quórum para votação, solicito a V. Exa. que faça a chamada para recomposição de quórum.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Irani Barbosa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 42 Deputados. Há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando o requerimento do Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, que pede seja mantida a ordem regimental da pauta desta reunião e o processo simbólico de votação desse requerimento.

A aprovação desse requerimento fere até o direito legítimo e democrático do Deputado que quer se manifestar. Pode querer fazer votação nominal ou secreta. Entendemos que esse requerimento não contribui para a melhor prática democrática. Ao mesmo tempo, alguns Deputados podem ter preferência por votação de determinados projetos, razão por que pedirão inversão da pauta. Na verdade, observamos que o Governo não tem interesse em que a sociedade conheça as reais intenções em relação ao projeto de extinção dos fundos. Na verdade, o que este Governo quer é fazer uso, desviar o recurso destinado aos fundos para resolver seu problema de caixa. A oposição, consciente, madura, interessada no bem comum, aceitou até que R\$200.000.000,00, desses R\$548.000.000,00, servissem para quitar débito junto ao BIRD e à COPASA. Mas quis que o Governo garantisse que R\$348.000.000,00 fossem alocados no BDMG e que lá só poderiam ser utilizados de acordo com o Plano Estadual de Saneamento Básico. Essa lei, votada em 1994, nunca saiu do papel. Ainda não foi criado o fundo, nem seu conselho, razão pela qual a febre amarela, depois de 30 ou 40 anos, retorna ao Estado, porque falta saneamento básico.

Estamos vendo que a dengue e a dengue hemorrágica estão matando pessoas por falta de saneamento básico. Estamos vendo que Minas Gerais, com seus rios poluídos, deixa a população cada dia mais debilitada fisicamente, com mais doenças, mais enfermidades, gerando até mais gastos para o Estado, pela incompetência administrativa do Governo. Mas, para quem só pretende fazer do Governo de Minas trampolim para chegar à Presidência da República, parece que os problemas dos mineiros não são muito importantes.

Vejam que, no substitutivo apresentado, a intenção é clara: não mais aplicar recursos de nenhum dos fundos, nem do PROSAM, nem do SOMMA, nem do FESB, nem do FIDRO. E é muito importante dizer que os Deputados da base de apoio do Governo, que têm a responsabilidade de defender os interesses das suas bases, especialmente das regiões mais carentes de Minas, têm a obrigação de observar, primeiramente, o interesse maior do Estado e das suas comunidades.

E o Governo quer que todo esse recurso vá para o caixa único, e, uma vez lá, no futuro - sabe-se lá quando - vai, semestralmente, repassá-lo para o BDMG. Porém, diz que primeiro vai pagar o que deve à COPASA e ao BIRD. Mas o que vai sobrar, se pegar o dinheiro que recebeu do BIRD e o devolver para o próprio BIRD? O que vai sobrar? Significa a extinção completa de todo investimento na área de saneamento básico.

Esse é o projeto que o Governo não quer nem discutir. Não quer nem admitir a possibilidade de uma votação diferente. Quer que seja uma votação simbólica, muito rápida, para que ninguém perceba. Mas nós, da Oposição, interessados no bem comum, estamos desejosos de que esses recursos sejam verdadeiramente aplicados naquilo a que foram destinados quando contratados junto ao Banco Mundial, para pagamento até 2008, ou seja, em saneamento básico, em meio ambiente, de acordo com o bellissimo projeto de lei que foi votado e sancionado pelo Governador. É um projeto que prevê investimento na área de saneamento básico e que cuida principalmente das questões sanitárias, de todo este conjunto de situações nocivas à sociedade que vêm junto com a falta de saneamento básico.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é importante que neste momento amemos mais o povo de Minas que o Governo de Minas. Infelizmente, neste momento, o interesse de Minas está sendo atacado. Os mineiros estão sendo negligenciados nos seus direitos e interesses. Os mineiros perderão essa oportunidade de verem resolvidos seus problemas de saneamento básico. De modo geral, os Prefeitos e os governantes não se interessam muito por saneamento básico, porque há um chavão que diz: "aquilo que está debaixo da terra ninguém vê".

Esperamos que os governantes e os parlamentares conscientes digam não a essa ação nociva do Governo. Aliás, mais uma das ações desastrosas deste Governo.

O que manifestamos, de boa-vontade, a partir da proposta que formulamos, é que, pelo menos, de 60% a 70% - R\$348.000.000,00 - fossem garantidos no BDMG e que esses recursos fossem necessários, não na sua totalidade, para continuar atendendo a essa necessidade primária e básica da sociedade.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, percebemos que não há quórum para continuação dos trabalhos e pedimos que V. Exa. encerre a reunião.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento: qual matéria está sendo discutida? V. Exa. anunciou a discussão do requerimento, e não sei até agora o conteúdo do requerimento, porque nenhum dos Deputados que fizeram o encaminhamento o discutiram.

Ouvimos a discussão do projeto e gostaria que V. Exa. esclarecesse ao Plenário se é o projeto que está em discussão ou o requerimento. Se for o requerimento, que se faça a sua leitura, para que saibamos se o Deputado está falando sobre a matéria para a qual se inscreveu.

O Sr. Presidente - Esta Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, pedimos, em primeiro lugar, o encerramento, e V. Exa. está postergando a resposta à questão de ordem que suscitamos. A reunião não pode continuar com menos de 31 Deputados.

O Sr. Presidente - Pediria ao Deputado Miguel Martini, por gentileza, que permitisse que o Deputado João Batista de Oliveira tome conhecimento do requerimento.

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Lê:): "O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que seja mantida a ordem regimental da pauta da presente reunião e o processo simbólico de votação deste requerimento. Deputado Antônio Andrade."

Questão de Ordem

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição de quórum.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando a entrada de Deputados no Plenário, solicita ao Sr. Secretário que faça nova chamada para recomposição de quórum.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Como não foi anunciado, gostaríamos de saber qual foi o resultado da chamada e se há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que 36 Deputados responderam à chamada.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 42 Deputados. Há quórum para a continuação de nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes na galeria, membros da imprensa, voltamos a esta tribuna para apreciar o pedido do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Antônio Andrade, que, na forma regimental, requer ao Presidente seja mantida a ordem da pauta desta reunião e o processo simbólico de votação de seu requerimento.

Analisando o teor do requerimento, deduzimos, de imediato, que o Governo tem pressa na votação da pauta prevista, porque o projeto de extinção do Fundo SOMMA está sobrestando os demais. Entretanto, temos que analisar o porquê dessa pressa. Entendemos que a extinção do Fundo SOMMA procede, mas esses fundos criados desde Governos anteriores, em que pese à boa vontade do Governo e os esforços conjugados do Executivo e do Legislativo, foram muito importantes para o Estado. Mas poderiam ter sido mais bem fiscalizados. O País está passando por um momento de reflexão mais profunda, em que já se desencadeia um processo de sucessão para 2002, que não é uma conduta de bom valor, porque estamos distantes das eleições, mas a imprensa anuncia todos os dias as possíveis alianças em um quadro de análise das conjunturas que vão se fazendo e desfazendo de forma bastante hábil. Nessa hora em que se implanta a Lei de Responsabilidade Fiscal e em que o País, o povo e a classe política estão motivados para maior transparência em todos os três Poderes, recai sobre o Poder Legislativo a nobre missão de fiscalizar, "pari passu", como nem sempre tem acontecido. Essa cultura, que é própria de regime capitalista de país de Terceiro Mundo, precisa ser mudada, sobretudo o "jeitinho brasileiro" tão famoso que é tema na televisão. Há poucos dias, assistimos, na Bandeirantes, a um programa que durou a manhã toda, sobre o "jeitinho brasileiro". Este Poder, neste momento, tem de refletir sobre a função precípua do Legislativo. Legislar é importante, mas fiscalizar é muito mais. Podemos refletir melhor sobre o Fundo SOMMA. Precisamos de tempo para buscar o entendimento da Oposição com a Situação diante de dois problemas. Um deles é o técnico, que necessita de solução urgente. Até hoje, parece que esse problema foi sempre superado pela solução política. Sabemos que o Governo de qualquer país passa pelo tempero de uma solução técnica, em uma dialética que busca o ponto de equilíbrio com a solução política. Isso acontece. Trata-se de uma solução bilateral e dialética das bancadas, em que se encontra o contraponto político entre a Situação e a Oposição. A Oposição está na participação simétrica do Governo. Essa seria a atuação e o desempenho da Oposição. Tem de ser parceira das soluções. Nesta Casa, observamos que, felizmente, a Oposição também terá voto e vez. Neste momento, cobro esse voto e essa vez de discutir melhor o Projeto SOMMA, em que pese à urgência. O ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira levantou uma questão de ordem exatamente nesse sentido, para que se possa analisar melhor os pedidos de urgência do Governador, pois acabam prejudicando o Regimento Interno.

O Poder Legislativo tem a nobre missão de fiscalizar e tornar os fatos mais transparentes. Por isso, a Bancada da Oposição sempre tem buscado entendimentos com o Líder do Governo, levando ao Colégio de Líderes esse espírito de solução conjunta dos problemas administrativos do Governo. Como esse projeto tem de passar por esta Casa, a Oposição, em boa hora, tem feito uma análise técnica de como seria a união desses fundos, transferindo-se a soma total para o BDMG, que faria a gestão de tais recursos.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, agora, que estamos prosseguindo no encaminhamento de votação, há um pedido da maioria da Oposição para que se faça o encerramento da reunião por falta de quórum.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Bilac Pinto) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Rêmoló Aloise. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Rêmoló Aloise. (- Pausa.) Na sua ausência, vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Pettersen, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Anderson Adauto. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Anderson Adauto.

Encerramento

O Sr. Presidente - Na ausência do orador e persistindo a falta de quórum para votação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 21, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 62ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Doutor Viana, Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência do recebimento da seguinte correspondência: de Fábio Pereira da Silva, Presidente da Associação Comunitária de Chonin de Cima; de Genésio Bernardino, Diretor-Geral do DNER; do Deputado Chico Rafael; das entidades representativas dos trabalhadores autônomos no transporte alternativo; de Antônio Rodrigues César, Presidente da Câmara Municipal de Leopoldina; de Iano Tomaz Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, e da INFRAERO. Passa-se à 1ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do relator, a Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 1.276/2000 ao Deputado Bilac Pinto, que solicita prazo regimental para emitir seu parecer, o qual é concedido pelo Presidente. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo, a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os Requerimentos nºs 1.838/2000, 1.855, 1.886, 1.887, 1.888, 1.891 a 1.899, 1.901, 1.923, 1.924, 1.933, 1.942, 1.943 e 1.945/2001.

Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, cinco requerimentos do Deputado Arlen Santiago: solicitando informações à Maxitel e à Telemig Celular sobre planos de investimentos por região e modalidade de aplicação; solicitando à USIMINAS, à ACESITA, à Belgo-Mineira, à Mannesman e à Açominas a relação das transportadoras de carga credenciadas pelas referidas empresas as quais realizam transporte de bobinas de aço em Minas Gerais; solicitando à Polícia Rodoviária Estadual e à Federal as normas para transporte de bobinas de aço em rodovias interestaduais, bem como a fiscalização em território mineiro, no último ano e as empresas flagradas com irregularidades; à CEDEC, registra-se voto contrário do Deputado Dinis Pinheiro, agradecendo a liberação da 1ª fase do Programa de Equipamentos de Poços Artesianos e solicitando a liberação da 2ª fase; ao DNER, solicitando laudos de fiscalização da Transportadora Dionello e das demais empresas credenciadas para transporte de bobinas de aço no Estado; três requerimentos do Deputado Bilac Pinto, solicitando ao DER-MG e à SETOP a relação de convênios e contratos assinados, a partir de janeiro de 2000; ao DER-MG, solicitando a agilização do projeto de asfaltamento do trecho que liga Passa-Vinte à divisa com o Estado do Rio de Janeiro; à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, solicitando inclusão no programa de obras de 2001 da construção da estrada que liga os Municípios de Liberdade e Bocaina de Minas, verificando se há convênio com Furnas; do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando ao Presidente da Casa a cessão do Plenário para a realização de audiência pública da Comissão para discutir o transporte escolar público; ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, solicitando sua presença para explicar sobre edital de licitação do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte; do Deputado Carlos Pimenta, solicitando ao DNER informações sobre obras da BR-135. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2001.

Arlen Santiago, Presidente - Doutor Viana - Dinis Pinheiro.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 223ª reunião ordinária, em 27/3/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Foram apresentados em Plenário os Substitutivos nºs 3 a 6 e as

Emendas nºs 1 a 15. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 7, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 15, ficando prejudicadas a Emenda nº 6 e os Substitutivos nºs 1 a 6. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade emite parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 7, que apresenta, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 7 a 15, ficando prejudicadas a Emenda nº 6 e os Substitutivos nºs 1 a 6.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; aos incisos IX, X e XX do art. 22; aos arts. 47 e 48; ao inciso VII do art. 49; aos §§ 1º e 2º do art. 66 e ao § 2º do art. 86; ao art. 100; ao § 1º do art. 120; aos arts. 169 e 170; aos §§ 7º e 8º do art. 171; ao art. 310; ao parágrafo único do art. 316; aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 325; aos arts. 335, 339 e 341 e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; ao art. 185; à alínea "c" do inciso IV e ao inciso XV do art. 190; ao § 2º do art. 203 e aos arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEL. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 1.857/2001, do Deputado Pastor George; 1.863/2001, do Deputado Alberto Bejani; 1.876/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.906/2001, do Deputado Irani Barbosa; 1.909 e 1.910/2001, do Deputado Pastor George; 1.938/2001, do Deputado Bilac Pinto; 1.949/2001, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.951/2001, do Deputado Carlos Pimenta, e 1.981/2001, do Deputado Alberto Bejani.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 27/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 33/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei n.ºs 1.347/2001, do Deputado Márcio Cunha; 837/2000, do Deputado João Paulo; 1.139/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.200/2000, do Deputado Geraldo Rezende; 1.279/2000, do Governador do Estado; 1.289/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.295/2000, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.297/2000, do Deputado Márcio Kangussu; 1.304/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.310/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.314/2000, do Deputado Márcio Kangussu; 1.336/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 1.337/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.340/2000, do Deputado Luiz Menezes; 1.350/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.358/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.376/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.382/2001, do Deputado João Paulo; 1.388/2001, do Deputado Pedro Pinduca; 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 1.393/2001, do Governador do Estado; 1.399/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.402/2001, do Deputado Marco Régis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 716/99, do Deputado Bené Guedes; 884/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.042/2000, do Deputado Durval Ângelo; 1.325/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.326/2000, do Deputado Geraldo Rezende; 1.342/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.343/2000, do Deputado Agostinho Patrús; 1.345/2001, do Deputado Alberto Bejani; 1.369/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.377/2001, do Deputado Antônio Andrade; 1.380/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.408/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.411/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.412/2001, do Deputado Gil Pereira; 1.417/2001, do Deputado Ermano Batista.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da CPI do Fundo SOMMA, a realizar-se às 15 horas do dia 27/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n.º 1.922/2001, do Deputado Pastor George.

Finalidade: discutir, a pedido do Deputado Luiz Tadeu Leite, o cumprimento do disposto na Lei n.º 13.720, de 27/9/2000, que concede novo prazo para a transferência da administração das cadeias e dos presídios para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Márcio Barroso Domingues, Secretário de Estado da Segurança Pública; Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado; José Fábio Gonçalves, representante da Associação Sindical dos Servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - ASSEJDH -; Expedito José de Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de MG; Fábio Alves, representante da Pastoral Carcerária; Luiz Flávio Sapori e Eduardo Batituci, representantes da Fundação João Pinheiro; Cel. Valdir Caetano Ferraz, representante da Associação de Proteção e Assistência do Condenado; Celso de Magalhães Pinto, representante do Conselho de Criminologia; Oto Nunes Leite, representante do Conselho Penitenciário; José Magela Alves Pereira, Presidente do Sindicato de Policiais Civis; Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros da PMMG; Cássio Salomé, Juiz de Direito, representante do Conselho da Comunidade da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 954/2000, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoentes Desembargador Ayrton Maia, Auditor- Geral do Estado; Francisco Moreira de Miranda Júnior, Henrique Hermes Gomes de Morais e Joaquim José da Cunha, Auditores da Superintendência Central de Auditoria Operacional - SEF -, Jayme José Monteiro, Auditor da FHEMIG, e Waldemar Dias Coelho Neto, Auditor da Secretaria de Estado da Saúde (em exercício na FUNED).

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 28/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 29/3/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 20 horas do dia 27/3/2001, destinadas, ambas, à apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2000, do Governador do Estado, que propõe a revogação da Lei nº 11.085, de 30/4/93, extinguindo o Fundo SOMMA; e dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado; 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais; 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio; 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências; 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI -; 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado; 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER; 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de

Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados; 14.609, que dispõe sobre a impressão do calendário de vacinação infantil nas embalagens de leite tipos C e B; 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado; 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar; 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal; 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental; 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o Exercício de 2001; e 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto de Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI- Cidadão; e às Proposições de Lei Complementar nºs 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais; 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado; 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências; e 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de março de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Aauto, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmo Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em turno único, os pareceres sobre as Mensagens nºs 19/99 e 109/2000, do Governador do Estado, e o Requerimento nº 1.880/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; e, em 1º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 269/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 682/99, do Deputado Fábio Avelar; 1.014 e 1.016/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.321/2000, dos Deputados Cristiano Canêdo e José Henrique; e o Projeto de Lei Complementar nº 28/2000, do Procurador-Geral do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dinis Pinheiro, Doutor Viana e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2001, às 15 horas, no Auditório, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 23 de março de 2001.

Márcio Kangussu, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Kangussu, Antônio Carlos Andrada, Doutor Viana e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 26 de março de 2001.

Cabo Morais, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Doutor Viana, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2001, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre Emenda nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000 em 1º turno, no Plenário.

Sala das Comissões, 26 de março de 2001.

Cabo Morais, Vice-Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.087/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Dimas Rodrigues, tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Cecília Maria de Jesus à Escola Estadual do Bairro dos Algodões, com sede no Município de Janaúba.

Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria na forma apresentada. A seguir, cabe

a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida escola, fundada no dia 1º/2/91, recebeu a denominação original por achar-se instalada no Bairro dos Algodões. Agora, atendendo aos anseios da comunidade, nova denominação está sendo proposta ao educandário, homenageando a Sra. Cecília Maria de Jesus, cidadã que se destacou pelo seu espírito solidário e filantrópico, sempre tendo como referencial as famílias mais carentes daquela parte de Janaúba.

Conclusão

Pelas razões aludidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.087/2000 na forma original.

Sala das Comissões, 26 de março de 2001.

João Pinto Ribeiro, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.280/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

Do Deputado Dilzon Melo, o Projeto de Lei nº 1.280/2000 visa a declarar de utilidade pública o Museu de Belas Artes de Cataguases, com sede nesse município.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que conclui por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma proposta.

Cabe agora a este colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Museu de que trata o projeto de lei é uma entidade beneficente sem fins lucrativos. Possui por finalidade primordial realizar e divulgar atividades culturais de interesse da comunidade, incentivando-a a aprimorar o gosto artístico no campo das artes plásticas da música e da literatura. Para a consecução de seus objetivos, poderá associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras instituições públicas ou privadas. Reconhecê-lo como de utilidade pública irá proporcionar melhores condições para a dinamização de suas atividades e a concretização de seus objetivos.

Dessa forma, julgamos oportuno que o Museu de Belas Artes de Cataguases seja declarado de utilidade pública.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.280/2000 como originalmente formulado.

Sala das Comissões, 26 de março de 2001.

José Henrique, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

220ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/3/2001

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, telespectadores, venceu ontem o prazo para a entrega dos requerimentos das pessoas que foram vítimas da ditadura militar e que sofreram constrangimentos de torturas entre 1961 e 1979. Esse prazo foi dado àquelas vítimas graças à Lei nº 13.187, sancionada pelo Governador Itamar Franco em 20/1/99, a qual se originou de projeto de minha autoria. A Comissão Estadual de Defesa das Vítimas de Tortura trabalhou bastante tempo recebendo os requerimentos daqueles que se sentiram prejudicados. Agora, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos avaliará os 560 requerimentos apresentados, para verificar qual a tortura e o constrangimento sofridos, a fim de definir a indenização a ser paga às vítimas, que varia de R\$5.000,00 a R\$30.000,00. Imagino que algumas pessoas, ao ouvirem a minha fala, possam estar pensando: será que há dinheiro que pague tortura ou um constrangimento, sobretudo quando aplicados injustamente, ou seja, tortura praticada de maneira abusiva e dolorosa, ferindo os direitos dos cidadãos, que eram justamente aqueles que trabalhavam pela libertação, pela independência do nosso País e pela valorização da cidadania? Será que há dinheiro que pague por isso? Claro que não. Ao propor essa lei, já tinha o perfeito entendimento e a consciência da minha parte e daqueles que entenderam a nossa proposta, inclusive da Assembléia Legislativa, que aprovou esse projeto de lei que se converteu na lei promulgada em 1999.

Mas o que se quer não é a quantia, não é dizer às pessoas que foram torturadas, magoadas, feridas, que fiquem caladas porque já foram indenizadas. A lei é uma forma de conseguir que o Estado reconheça a sua falha. O nosso projeto de lei teve essa intenção, o que foi bem entendido por aqueles que procuraram seu direito, que estão prestando um favor, um benefício a todos nós, para que não haja, neste País, nunca mais outra época de ditadura, de tortura, devido à defesa legítima de um direito que é de todos: a busca da cidadania. Agradecemos aos 560 requerentes que se manifestaram e estão emprestando seu trabalho, colocando seu nome à frente desse movimento, para que tomemos consciência do quanto é grave abrir mão dos nossos direitos e não respeitar o direito dos outros.

Falaremos, também, sobre o dia 8 de março, Dia do Consumidor. Era intenção nossa fazer um pronunciamento na ocasião em que o Código de Defesa do Consumidor está completando 10 anos. Mas, devido à reunião especial que houve, quando se discutia a divisão da CEMIG em três outras empresas, nesse processo conhecido por desverticalização, não pudemos nos manifestar relativamente àquela data importante, dia de cidadania, dia de todos nós, consumidores. O Código de Defesa do Consumidor completa 10 anos, o que é extremamente importante para nós, que podemos traçar um paralelo sobre o antes e o depois do seu advento. Antes dessa lei, que assegura direitos ao consumidor, os contratos eram abusivos, praticamente unilaterais, mesmo quando o consumidor os assinava inadvertidamente, apressadamente ou inconscientemente, quando adquiria um bem maior, um imóvel. Após feita a compra, mesmo que a justiça cível quisesse se pronunciar não podia anular o contrato celebrado, uma vez que o prejudicado havia consentido com seus termos. Muitas vezes, de propósito, os contratos eram apresentados em letra pequena, tendo as cláusulas, prejudiciais àqueles que adquiriam os bens, reduzidas, colocadas num cantinho ou no fim do contrato, a fim de não alertar o cidadão para o risco que corria.

O Código de Defesa do Consumidor não tem validade sozinho, porque nenhuma lei sai do papel por si só. Mas vemos hoje, debruçado sobre ele, o Juizado Especial, que defende

essas causas.

Antes, o prejudicado tinha de procurar advogado, contratar, fazer despesas. Hoje, o Juizado Especial faz isso sem ônus para a vítima. Existem os PROCONs, e a Assembléia Legislativa tem se empenhado, dando seu apoio ao consumidor, oferecendo os serviços do PROCON Assembléia, que já tem o reconhecimento de todo o País. O PROCON está sendo procurado não apenas pelos moradores de Belo Horizonte, mas as consultas chegam do interior e de todos os lados. Esse PROCON está sob a direção dos Drs. Délio Malheiros, Ênio Nogueira e Luís Antônio de Freitas, pessoas que trabalham com entusiasmo, de maneira dedicada, para evitar qualquer prejuízo para os consumidores.

É interesse nosso, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, levar os PROCONs para o interior. Sabemos que há PROCONs em muitas cidades de Minas, mas alguns são inoperantes, e outras cidades nem possuem PROCON. A Comissão de Defesa do Consumidor está interessada em fazer com que esse direito chegue a todos os lugares. Não para que se crie ali uma guerra entre comerciantes, empresários, servidores e consumidores, mas para que as pessoas se entendam, vivam em harmonia. Sobretudo para que comerciantes, empresários e servidores que sabem cumprir sua obrigação, que são honestos, sejam valorizados pelos serviços que prestam à comunidade.

Hoje, graças ao Código de Defesa do Consumidor, estamos vendo que as mercadorias, os bens perecíveis, quando são expostos nos supermercados, nas lojas, trazem a data de vencimento, os componentes e o risco para a saúde que podem oferecer. Tudo isso é defesa do consumidor.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, ilustre Deputada, Profa. Maria José Hauelsen. Estou ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Exa. Sem dúvida, é uma reflexão muito importante. Estamos completando dez anos do Código de Defesa do Consumidor. É muito oportuno ressaltar o papel do PROCON Assembléia, que, hoje, merece lugar de destaque nacional, tendo em vista sua maneira séria e determinada de agir na condução dos legítimos direitos do consumidor.

Louvo sua iniciativa, parabênizo também o Dr. Délio Malheiros e sua equipe. Fico agora ainda mais satisfeito, vendo a preocupação de V. Exa. de levar o PROCON, a defesa do consumidor, a sua Comissão, para o interior de Minas.

É muito importante, ilustre Deputada, a conscientização de todo o Estado, para que o consumidor faça valer seus direitos. Temos, acima de tudo, nosso código, mas somente assim, por essa conscientização da Comissão de Defesa do Consumidor, tão bem dirigida por V. Exa., se Deus quiser, com um trabalho de afino, determinado como é seu estilo, daremos visibilidade de trabalho a nossa Minas. Parabéns pela importante iniciativa que V. Exa. propõe hoje.

A Deputada Maria José Hauelsen - Muito obrigada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Continuando sua fala, quero lembrar da necessidade urgente de os PROCONs atuarem no interior.

Cito aqui um fato que me fere diretamente, porque acontece na minha cidade: é a situação dos Bancos no interior.

Existe, nas proximidades da Assembléia, uma rede bancária enorme. São várias casas. O Itaú, por exemplo, tem três agências: uma em frente à Assembléia, uma na rua de trás e outra mais abaixo, perto da Praça Carlos Chagas. Quando o BEMGE se fundiu com o Itaú, todas as agências que eram do BEMGE permaneceram em Belo Horizonte. Em Teófilo Otôni, depois da fusão, os clientes do BEMGE, que são numerosos, passaram a ser atendidos na agência do Itaú, que já era superlotada.

Nesta semana, estivemos no Itaú para resolver o cancelamento de uma conta. Fiquei lá durante 1 hora e 15 minutos. As filas rodeavam todos os espaços do Banco, apesar da boa-vontade, da disponibilidade dos profissionais, dos bancários, que estão sacrificando a sua hora de almoço, a sua hora de lanche para darem conta do serviço, mas não conseguem, porque o interesse do banqueiro é, cada vez mais, espremer o consumidor, abusar do usuário, apertar e dificultar a vida dos seus funcionários. Pela informação que recebi, os Bancos, que estão também em outros lugares na praça da cidade, estão prestando serviços iguais ou piores aos prestados pelo Itaú.

Apesar da luta sindical em Teófilo Otôni, que já pediu e exigiu cobrança, as pessoas ficam mais de 15 minutos na fila. O Itaú não está nem aí para isso; o Bradesco não está se importando; o Banco do Brasil nem toma conhecimento. Quem está pagando o pato são os usuários, os clientes, que dão lucro ao Banco, e os empregados dos Bancos. É também tarefa dos PROCONs tomar conhecimento e impedir que esse tipo de situações continue ocorrendo.

Pergunto: por que há diferenciação no trato? Por que, em Belo Horizonte, a qualquer hora, pode-se ir a um Banco? Aqui não há filas, o atendimento é rápido, as pessoas num instante chegam ao caixa eletrônico, enquanto no interior as filas estão virando dentro dos Bancos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda teríamos muito que falar sobre esse assunto, mas não faltará oportunidade. O que queremos é que todos estejamos unidos. Defendendo os interesses dos consumidores, estaremos garantindo cidadania, garantindo os nossos direitos, melhorando o relacionamento entre consumidores, comerciantes, empresários e prestadores de serviços. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vencido o período de recolhimento a que me obrigou transitório desconforto de saúde, dirijo as palavras iniciais de meu retorno a esta Assembléia à ex-Procuradora-Geral do Estado, Dra. Mizabel de Abreu Machado Derzi, protagonista de recente episódio nas lides do Governo de Minas.

Faço-o como parlamentar desta Casa representativa do povo mineiro, que, nessa condição, participa da vida política que se desenrola na moldura de nossas montanhas. Mas faço-o, sobretudo, como pessoa portadora de especial afeto pela figura da ex-Procuradora-Geral do Estado, com quem convivi no Governo Itamar Franco e a quem passei a dedicar, no testemunho dos seus atos, o reconhecimento devido a todos aqueles que se destacam pela competência profissional, pelas altas exigências de caráter e pela afabilidade de seu sempre leal tratamento. Por esse último motivo, quero fazer desta, a par de ser uma oração do parlamentar, especialmente uma oração pessoal, vindo, em seqüência, a solicitar aos Srs. Deputados a gentileza de não me oferecer a riqueza de seus apertes - bem-vindos, certamente, em momento ainda a se apresentar na dinâmica da vida nesta Casa.

Começo lembrando que foi pela primeira vez em sua história que a Companhia Energética de Minas Gerais, a CEMIG, abriu, em ocasião recente, processo de licitação para contratação de serviços jurídicos especializados. Até então, em atendimento a cláusula específica da Lei Federal nº 8.666, editada quando era Presidente da República o Dr. Itamar Augusto Cautiero Franco, as contratações de serviços de tal natureza se davam nessa empresa com base no notório conhecimento, na notória especialização e na notória experiência do contratado.

A merecer os aplausos da sociedade a iniciativa de dispensar a cláusula a que até então se recorria, eis que surgem em apreciação inversa, denegando os princípios da impessoalidade, da publicidade, da clareza, da transparência e da imparcialidade que nela, se quis, fossem tornados enfaticamente presentes, as suspeitas de que tal iniciativa fora instituída para favorecimento explícito do escritório de advocacia vencedor.

A apuração dos fatos, requerida como último ato da então Procuradora-Geral do Estado Misabel de Abreu Machado Derzi e determinada pelo Governador Itamar Franco, virá a comprovar, como já de antemão conhece toda a sociedade mineira, a absoluta isenção dessa profissional em todo o processo, profissional essa que já mereceu, exaustivamente, manifestações de solidariedade e de desagravo provenientes de fontes as mais diversas em Minas Gerais. Mas, ainda no calor dessas manifestações, vejo-me compelido a destacar, no espaço de representação do povo de Minas que se constitui esta Casa Legislativa, a figura imperturbável e incólume da ex-Procuradora-Geral do Estado, Dra. Misabel de Abreu Machado Derzi, a ela vindo manifestar, expressamente, por meio dessas palavras, o meu reconhecimento pessoal, que, como parlamentar de Minas, faço acompanhar do reconhecimento e do agradecimento de todos os mineiros.

Componente do Governo Itamar Franco desde as suas primeiras horas, a ex-Procuradora-Geral Misabel de Abreu Machado Derzi teve nele nevrálgico papel. Para tal, muito concorreu o fato de que grandes e polêmicas questões - que a tantos incomodaram - foram levantadas por este Governo, e passavam elas, necessariamente, pela avaliação jurídica.

Tal fato, porém, mesmo que significativo, é insuficiente para explicar o papel da Procuradora. Fosse outra, talvez tais questões pudessem ter sido amortecidas. No entanto, estando a Procuradoria-Geral sob o comando da Dra. Misabel, o Estado recebeu os devidos instrumentos legais que solicitara fossem estudados e que lhe possibilitaram, por exemplo, a

suspensão do acordo de acionistas entre a CEMIG e seus sócios estrangeiros, aos quais fora incredivelmente cedido, no Governo anterior, o poder de veto.

Recebeu aqueles que lhe possibilitaram posicionar-se energicamente contra a privatização de Furnas e contra a cessão do direito sobre as águas de Minas, recurso estratégico de nosso Estado. Recebeu aqueles que lhe possibilitaram insurgir-se contra a imposição da verticalização da CEMIG, minimizando, até o ponto que foi possível, os efeitos adversos de tal imposição. Recebeu aqueles que originaram a suspensão dos pagamentos então cobrados de Minas pelo INSS, o que vem proporcionando ao Estado, desde então, economia mensal da ordem de R\$20.000.000,00. Isso, senhores, só para relembrar, de breve passagem, os itens de mais ressaltado relevo no decorrer desses quase dois anos e meio de Governo.

Tive o privilégio e a honra de testemunhar de muito perto que a obtenção de todos esses mencionados instrumentos teve a marca da absoluta competência e do refinado conhecimento jurídico da Dra. Misabel. Teve a marca de sua fé no direito e na justiça. Teve a marca de sua capacidade de decisão e de sua coragem. Teve a marca de seu apreço aos valores da ética, da honestidade, da moralidade, da honradez, da retidão. E teve, ainda, os traços de sua dedicação à causa pública, pois, profissional de consolidada carreira, generosamente se dispôs a atender, no início do Governo Itamar Franco, àquele que foi para ela irrecusável chamamento para o trabalho em favor do interesse público.

Como últimas manifestações de todas essas marcas incomuns, a Dra. Misabel de Abreu Machado Derzi foi autora, à frente das suspeitas que se apresentaram, de dois atos decisivos. O primeiro deles foi a formulação ao Ministério Público, ainda enquanto Procuradora-Geral do Estado, de pedido de apuração das suspeitas apresentadas, e, ainda, pedido de que tal apuração viesse a se dar de forma célere, profunda e rigorosa. O outro foi a apresentação ao Governador Itamar Franco de seu pedido de exoneração do cargo que lhe fora confiado, o que ela fez em caráter irrevogável, sem que a demovesse nenhuma espécie de argumento.

Constato, ao final deste meu breve levantamento, que a Dra. Misabel, ao retirar-se do cenário do Governo, deixa nele, por todas essas razões, a marca incontestável de sua ausência. "Tudo o que cessa", já o disseram, "é morte, e a morte é nossa se é para nós que cessa". No caso da Dra. Misabel, sua ausência passa ao largo de qualquer espécie de cessamento, excetuada a da possibilidade de extensão do denodado esforço de sua atuação.

A exclusão da hipótese desse aludido cessamento é resultado de que a Dra. Misabel, em tudo o que fez, impôs, como o dissemos, a sua marca, ficou em parte. A sua irrepreensível atuação, perpetuando-lhe a essência inspiradora, há de constituir mais um dos inúmeros legados com que grandes mineiros têm construído, no curso de nossa história, o patrimônio moral de nosso povo.

O meu abraço fraterno à Dra. Misabel de Abreu Machado Derzi, e a ela, por meu intermédio nesta Casa Legislativa, o abraço agradecido de Minas e dos mineiros. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, inicialmente, cumprimentar os alunos, professores e Vereadores que estão aqui, hoje, nessa luta pela UEMG. Quero dizer que a UEMG não é um sonho dos mineiros de agora, é um sonho muito mais antigo. O sonho da Universidade do Estado de Minas vem desde Tiradentes. E nesse sonho tão antigo temos agora bravos companheiros, alunos, professores e atores políticos das cidades onde a UEMG está instalada, numa luta constante. Temos aqui o pessoal de Divinópolis, temos a mobilização do fórum de defesa da UEMG em Passos, temos o grupo de defesa da UEMG em Diamantina, em Carangola, em Ituiutaba e tantos outros atores políticos e sociais na luta pela UEMG.

E quero dizer aos senhores que esta Casa também luta por esse projeto, que nasceu aqui. Quando os Deputados aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição nº 24 no ano passado, destinando 2% do orçamento do Estado para a UEMG, todos votaram no que acreditavam. Então, toda essa movimentação tem o apoio desta Casa. Quando aprovamos os 2%, dissemos que esses recursos deveriam ser definidos e aplicados na construção dessa nossa universidade, desse nosso sonho.

Mas queria hoje, senhores e senhoras, falar sobre outra coisa. Fui indicado para Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E é direito humano também o direito à educação, o direito à construção de um futuro, o direito à construção de uma nova realidade, de uma nova sociedade, que passa pela educação. Precisamos conquistar os direitos sociais, conquistar os direitos com relação ao ambiente livre de poluição ou conquistar o direito diante das biotecnologias, o direito a ter preservado o genoma de cada um, como aponta para o futuro a Declaração Universal dos Direitos Humanos, feita em 1948. O direito evoluiu, durante esse tempo todo, para outras formas de direito, outras formas de necessidades. Como diz Norberto Bobbio, o direito nasce da carência. Onde há carência nasce o direito e nasce o dever de o cidadão lutar por esse direito. E aí, senhores, a Declaração Universal dos Direitos Humanos diz, em seu art. 1º, que "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos". O mesmo artigo ainda estabelece que todas as pessoas devem agir, em relação umas às outras, com espírito de fraternidade.

Acredito então, senhores, que esses valores, conhecidos de quase todos os povos, podem indicar um dos caminhos para tentarmos construir um mundo mais justo, mesmo sabendo que o acesso às oportunidades não é igual para todos.

E essa desigualdade é visível, principalmente no Brasil, onde os indicadores sociais apontam para um quadro de estabilização demográfica inversamente proporcional à escalada do desequilíbrio social. Dizia-se, então, que o problema do Brasil era o crescimento demográfico. E agora essa mentira cai no chão, porque diante da estabilização demográfica continuam o desnível social e as injustiças.

Podemos perceber, com isso, que a tão divulgada estabilidade econômica tem agravado a nossa crise interna. É visível o grande desgaste social provocado pela política neoliberal do Governo brasileiro. Não é possível mais suportar a submissão aos interesses do capital internacional, e mesmo nacional, às custas da péssima qualidade de vida do povo brasileiro. É aquele dito: "A economia vai bem, mas o povo vai mal". Olhando para as cidades deste País, vemos o desemprego, o subemprego, a prostituição e o trabalho infantil, a ausência de moradias, a escassez de programas sociais e o descaso com as políticas públicas. Observando a vida no meio rural, encontramos o homem do campo praticamente abandonado, sem investimentos, com poucas perspectivas de sobrevivência. O alcoolismo grassa entre os homens, e o uso de psicotrópicos grassa entre as mulheres; a perspectiva de vida é a pior possível; o negro fica no final do túnel. O êxodo rural é quase obrigatório, e as pessoas vão a cidades onde enfrentam hábitos completamente adversos a sua vida no campo.

As conseqüências disso já são nossas velhas conhecidas. Assim como no País, em Minas Gerais o aumento do desnível social, da pobreza, tem gerado crescente número de excluídos sociais e tornado a criminalidade um fato real para crianças, mulheres que são alvo da afronta machista e milhões de jovens com potencial para ser agentes da construção de uma sociedade melhor. Pessoas com capacidade para exercer seus deveres e usufruir de seus plenos direitos estão enfrentando trabalhos que as marginalizam e consomem de 12 a 14 horas diárias de suas vidas.

É nesse sentido que gostaria de destacar a necessidade de continuarmos lutando incessantemente para que todos possam exercer e ver reconhecidos seus direitos, em toda a sua plenitude. Falo de direitos como a livre manifestação de pensamento, a liberdade de consciência, de crença e de associação e tantos outros estabelecidos no art. 5º da nossa Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Edson Rezende, nosso companheiro do PSB, gostaríamos de enaltecer as palavras de V. Exa. e dizer que temos que ter carinho com a educação no País. Em especial, em Minas Gerais, porque sabemos quantos gabinetes recebem pedidos de pais desesperados tentando encaixar em seus orçamentos as mensalidades escolares. Temos que nos preocupar, principalmente, com as pessoas mais pobres que tentam alcançar a universidade.

Trato com muita clareza e tranqüilidade do assunto, porque vivi essa situação na própria pele, nesta Casa. Só pude ter acesso ao 3º grau depois que fui eleito Deputado e tive condições de me preparar numa escola para fazer o vestibular. Assim como eu, tenho certeza de que há milhares de famílias que vivem essa mesma situação no Estado.

Em Minas Gerais, o segundo Estado em arrecadação do País, não podemos permitir esses índices vergonhosos do orçamento, destinados à UEMG e à UNIMONTES.

Gostaria de parabenizar V. Exa., porque os Estados do Nordeste, como Alagoas, Paraíba e outros, destinam cifras bem maiores do que a do nosso Estado. E não podemos admitir isso. Como membro do PSB nesta Casa e pessoa atenta a essa questão, quero parabenizá-lo, porque o tema é de extrema relevância.

Solicito que o Deputado Paulo Piau continue nessa direção. A sua emenda foi muito propícia, e o momento, mais do que nunca, exigia isso. Como V. Exa., também disse, na semana passada, à direção da UEMG, que a Bancada do PSB está disposta a caminhar no sentido de que possamos ter uma educação melhor e que a UEMG possa receber, de fato, essas verbas.

Gostaria, Dr. Edson, para encerrar, de dizer que o caminho é esse. Pode contar conosco. Temos certeza de que poderá contar não somente com a Bancada do PSB; todos estaremos dispostos a marchar nessa direção. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

A questão dos direitos humanos é ampla, porque temos de pensar numa educação de qualidade; numa saúde cujo sistema seja universalizado; no lazer, na segurança, na proteção a gestantes e a crianças, na assistência aos desamparados e, finalmente, no trabalho e num salário digno.

As notícias de violações aos direitos dos cidadãos são constantes. Diariamente deparamos com fatos que apontam para a falência do sistema carcerário, por exemplo. Trata-se de um sistema em que seres humanos são amontoados em ambientes favoráveis à transmissão de vários tipos de doenças e vírus, como é o caso da AIDS, tornando a recuperação do preso quase impossível, conforme denuncia o jornal "Estado de Minas" do dia 16 de março.

Participamos do Seminário Brasileiro de Crianças e Adolescentes Trabalhadores e tivemos a oportunidade de assistir à mobilização de crianças e jovens de todo o País. De uma reunião no SESIMINAS, que contou com a participação de aproximadamente 400 crianças e adolescentes de todo o País, resultou um projeto ou programa importante para o combate do trabalho infantil.

Enfim, ao assumir a Presidência da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, reconheço a qualidade do trabalho desenvolvido anteriormente pelo Deputado João Leite e pela Deputada Elbe Brandão, fato que aumenta a nossa responsabilidade. Mas entendo que é preciso dar mais um salto. Contando com a participação permanente de todos os interessados, buscaremos qualificar ainda mais o papel desse importante espaço democrático de debates, troca de idéias, apresentação de propostas e pleno exercício dos direitos do cidadão.

À frente da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, procuraremos sempre o caminho da defesa intransigente dos direitos do cidadão, chamando os diversos segmentos sociais para discutir os problemas que ainda existem. Acredito na construção coletiva de propostas. Neste sentido, a participação e mobilização popular são fundamentais para que possamos encontrar as alternativas que mais atendam aos nossos anseios de justiça social.

Para terminar, quero solicitar ao Presidente desta Casa, em nome dos membros da Comissão, a constituição do Centro de Atendimento às Vítimas de Violação dos Direitos Humanos. Solicitamos também ao PROCON a constituição de uma Coordenação de Atendimento às Vítimas de Violação dos Direitos Humanos, proposta da Deputada Elbe Brandão. Pediremos ao Presidente da Casa que agilize a constituição desse Centro, porque as pessoas que sofreram a violação de seus direitos não podem esperar. Precisa haver esse atendimento urgente, especialmente de orientação às vítimas que são jogadas nessa situação, por ter alguém preso na família. Estas nunca lidaram com esse assunto, mas precisam saber como lidar. Há muitas pessoas desamparadas e desesperadas que chegam ao nosso gabinete. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores das galerias, telespectadores da TV Assembléia, acompanhei de perto, e com atenção redobrada, os acontecimentos fartamente divulgados pela imprensa, após denúncias de irregularidades administrativas atribuídas ao Secretário de Estado da Habitação e Presidente da COHAB, Ronaldo Perin, as quais foram formalizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte e Região, por seu Presidente, Osmir Venuto da Silva, e pelo Presidente da Associação de Funcionários da COHAB, Sr. Milton Mendes.

Os fatos narrados no "Informe Publicitário", veiculado nos principais jornais do Estado, demonstram fortes indícios de irregularidades administrativas à frente da COHAB, empresa-modelo na área habitacional e orgulho de todos os mineiros, a qual vem atendendo, de maneira inovadora, através de mutirão, a centenas de pessoas que buscam a realização de seu sonho, ou seja, a construção de sua casa própria.

O documento contendo denúncias de irregularidades na COHAB foi enviado ao Governador do Estado, no dia 8 de fevereiro do corrente ano, e a várias outras autoridades, entre as quais se incluem o Auditor-Geral do Estado, a Procuradora-Geral, os Secretários da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Comunicação Social, de Recursos Humanos e Administração, e o Deputado que lhes fala. Entre outras denúncias formalizadas pelo Sindicato, transcrevemos. (Lê:)

"A atual gestão do Sr. Ronaldo Perin, Secretário de Estado da Habitação, Presidente do Conselho de Administração, Presidente da COHAB e Diretor de Habitação, contrária à política social anunciada pelo Governador Itamar Franco, vem mantendo uma administração de coronelismo, na qual tudo pode para atender a seus interesses eleitoreiros e nada pode para atender à missão da empresa, que é a produção de habitações para a população de baixa renda, cujo o déficit se situa em torno de 450 mil moradias; Perin investiu R\$650.000,00 em serviços que não são da competência da COHAB, como obras em asfalto realizadas e a realizar nas cidades de Governador Valadares e Teófilo Ottoni, e ainda propôs, através de protocolo de intenções, asfaltar a região em torno da lagoa, próxima ao Conjunto em Nanuque, ficando seis meses sem licitar uma obra sequer. Com esse valor, poder-se-iam construir 100 unidades habitacionais. Não é justificável o fato de a COHAB participar de melhorias de obras de urbanização de responsabilidade do município. Além do mais, é um absurdo revestir com qualquer tipo de pavimentação, conforme fotos em nosso poder, o Conjunto Habitacional Castro Pires, em Teófilo Ottoni, construído há 30 anos, considerando-se a sua topografia plana e o bom estado de conservação do seu calçamento poliédrico; houve ainda a terceirização da cobrança, empréstimos a terceiros e despesas de custeio da Secretaria da Habitação assumidas em parte pela COHAB.

Como se vê, as denúncias apresentadas precisam e devem ser rigorosamente apuradas, sob pena de vermos desmoralizada a empresa e seu corpo de funcionários.

Cumpr-me ressaltar a dedicação e o empenho dos valorosos funcionários da COHAB, que, conforme o teor das denúncias apresentadas, estão vivendo dias de pânico e insegurança, sendo vítimas de ameaças e de demissões.

Como parlamentar, e uma vez procurado pelo Presidente da Associação dos Funcionários da COHAB e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de BH e Região, cumpr-me envidar todos os esforços para a elucidação dos fortes indícios de irregularidades administrativas apresentados.

Não se justifica, sob nenhuma hipótese, retirar a empresa de suas reais funções, qual seja a da construção de moradias para a população de baixa renda. Inúmeros foram os benefícios sociais conquistados por grande parte da população de Belo Horizonte, de Santa Luzia, de Nova Lima, de Sabará, de Vespasiano e de outros tantos municípios mineiros que tiveram o privilégio de receber os investimentos da COHAB para a construção de conjuntos habitacionais.

O desvio da função administrativa da empresa significa o sacrifício de inúmeros futuros mutuários que ainda não têm onde morar dignamente.

A Assembléia Legislativa mineira, estuário dos anseios e expectativas da população, precisa dar sua parcela de contribuição para o soerguimento moral e administrativo dessa grande Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais".

Nesse sentido, na semana passada, apresentei requerimento à Comissão de Administração Pública, que contou com a aprovação de todos os Deputados presentes à última reunião, pedindo a realização de audiência pública para ouvir, das autoridades relacionadas, as devidas explicações sobre os fortes indícios de irregularidades administrativas, amplamente divulgado pela imprensa mineira e conforme foi relatado, nesta tarde, por este Deputado. Peço a convocação do Secretário de Estado da Habitação; do Presidente da COHAB, Sr. Ronaldo Perin; do Presidente da Associação dos Funcionários da COHAB, Sr. Milton Mendes de Araújo; do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e da Construção Civil de Belo Horizonte e Região, Sr. Osmir Venuto da Silva; do Presidente e Coordenador-Geral do Sindicato da Saúde e da Frente de Defesa Contra a Destruição dos Serviços Públicos, Sr. Renato Barros; do Coordenador da Luta Popular pela Moradia, Sr. Afonso José do Rosário; da Coordenadora do Movimento Feminino Popular, Sra. Nívea Denise

Ramos; e da Presidente da Associação dos Mutirantes, Sra. Simone Gonçalves Pereira. Faço um apelo ao Presidente da Comissão de Administração Pública, Deputado Eduardo Brandão, para que, com a maior brevidade possível, realize essa audiência pública, para que tenhamos condições de elucidar os fatos narrados, que causam preocupação muito grande a todos nós, mineiros. Essa situação põe em dúvida a atuação da COHAB, grande empresa prestadora de excelentes serviços a todos os mineiros.

Comunico aos Srs. Deputados que, na última reunião da Comissão de Meio Ambiente, conseguimos a aprovação de requerimento de minha autoria, para que fosse feita visita a uma das mais modernas estações de tratamento de esgoto em construção no Brasil, que é a estação de tratamento do Arrudas. Essa obra está em fase de conclusão. A visita dos Deputados a essa estação é da maior importância, pois poderão comprovar esse bellissimo trabalho que a COPASA está realizando em Belo Horizonte.

Gostaria, tão logo fosse marcada a visita, de convidar os Deputados para conhecerem, de perto, as obras da estação de tratamento de esgoto que será um marco definitivo na solução dos problemas ambientais da capital mineira.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada, tivemos dois cidadãos dando queixa de policiais militares, acusando-os e dizendo haverem sido espancados e agredidos. Esses dois cidadãos formalizaram sua queixa. Houve várias matérias estampadas em diversos veículos de comunicação, "Diário da Tarde", "Hoje em Dia", "Estado de Minas", e o Deputado Durval Ângelo fez encaminhamento, na forma prevista pela Comissão de Direitos Humanos, ao Ministério Público, solicitando que fossem apuradas as denúncias apresentadas.

Quero deixar claro que essas mesmas pessoas, que aqui estiveram prestando queixa do Sargento Leite, da 1ª Companhia de Contagem, alegando agressão, embora não concordemos com esse procedimento da ação policial, tiveram seus nomes citados no jornal "Diário da Tarde", de 28 de dezembro, que publicou a seguinte matéria. (- Lê:)

"Quadrilha Presa. Na região de Justinópolis, gangue é acusada de praticar mais de 30 assaltos, além de ameaçar as vítimas."

Precisamos saber quem são as pessoas que vêm à Comissão de Direitos Humanos, passam por "anjinhos", fazendo a denúncia de policiais. O policial em questão esteve em meu gabinete dizendo-me já não ter ânimo para trabalhar e que pediria ao Comando da Polícia Militar sua transferência para o interior do Estado, onde faria apenas o necessário, já que o incentivo é cada vez menor. Parte dessa quadrilha, que aqui esteve, é mencionada pelo jornal "Diário da Tarde", de 28 de dezembro. (- Lê:)

"De acordo com as informações do Cabo Luciano, na noite de terça-feira, a residência do aposentado N.A.B., 54 anos, situada na Rua Carioca, em Justinópolis, foi invadida por integrantes da quadrilha. O aposentado, que é deficiente físico e que esteve na 14ª Companhia, contou que estava deitado quando as luzes de sua casa foram apagadas, sendo que, pouco depois, dois rapazes entraram em seu quarto, amordaçando-o e amarrando-o à cama. Os dois deram-lhe socos no estômago para que não gritasse, e, do quarto, ele escutava o resto do bando revirando seu quarto."

Essa vítima, N.A.B., de 54 anos, deficiente físico, teve sua casa invadida por ninguém menos que Francisco de Paula Floriano Júnior, Joel Dias dos Santos, Sílvia de Souza Nunes e o menor M.S., de 16 anos. Duas dessas pessoas citadas foram as que estiveram aqui, na Comissão de Direitos Humanos, fizeram queixa e falaram que foram agredidos fisicamente pelo Sargento Leite, da 1ª Cia. Estão envolvidos em ocorrência policial, de 28/12/2000, quando praticaram várias torturas em um deficiente físico. Ficamos nesse paradoxo. É difícil entender como a pessoa tem coragem de vir aqui fazer uma queixa, não tendo ele mesmo respeitado os direitos humanos de sua vítima.

Volto a repetir: não queremos compactuar com ação violenta de policiais, com arbitrariedades nem com nenhum tipo de ação que venha a extrapolar os limites da lei, mas temos de estar atentos. A Comissão de Direitos Humanos desta Casa tem de estar atenta a isso. Já tive a oportunidade de conversar com o Deputado Edson Rezende, Presidente dessa Comissão, porque esses mesmos cidadãos não se preocuparam com os direitos humanos de uma vítima, uma pessoa de bem, honesta, que teve sua casa invadida, foi amordaçada, amarrada e ainda torturada. Fiz questão de tirar xérox das matérias, porque são as mesmas pessoas que estão aqui.

Em outra matéria, o "Diário da Tarde" de 15/3/2001 diz que estiveram aqui na Comissão de Direitos Humanos para fazer queixa contra a equipe do Sarg. Leite, o que me deixou assustado, porque na matéria do dia 28/12/2000, o jornal traz: "Gangue é acusada de praticar mais de 30 assaltos, além de ameaçar suas vítimas". Foram os mesmos pobres coitados, autores desse rosário de crimes, torturando suas vítimas, que estiveram aqui para falar de direitos humanos.

Venhamos e convenhamos, esse assunto, volto a repetir, é muito delicado, mas nós, Deputados, temos de dar atenção maior a isso. Principalmente nossos pares da Comissão de Direitos Humanos têm de estar atentos a isso, porque esse cidadão deveria ter pensado em sua vítima, naquele deficiente físico que amarrou e amordaçou e em quem bateu impietosamente.

Levantando a ficha criminal dessas pessoas, tive oportunidade de ver que têm diversas passagens pela polícia, são acusados com base em diversos artigos do Código Penal.

Gostaríamos apenas de chamar a atenção dos Deputados desta Casa para isso, pois não podemos conviver com pessoas que se dizem coitadinhas e estão praticando tudo aquilo que não queriam que praticassem com elas. Temos de refletir sobre isso, pois os direitos humanos têm de ser seguidos tanto por parte da polícia em relação ao cidadão quanto do cidadão em relação à polícia. Quando o marginal afronta o Estado, mata um policial, quando chega a fazer isso, já fez muito mais com o cidadão. Esse mesmo cidadão que está pagando seus impostos, cidadão de bem, trabalhador. Ou, às vezes, aquele desesperado, procurando emprego, ainda é vítima de assalto e truculências de pessoas como essas que estiveram aqui dando queixa.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, gostaria de agradecer o aparte e dizer que, por motivo que não me cabe revelar, não só vi como também vivi esse filme. Mas não ficou claro se a visita do Sargento a V. Exa. foi para se defender ou para reafirmar que tortura gera tortura.

Como o conheço e sei que não defende isso, cabe um esclarecimento, porque, talvez, às pessoas que estão assistindo à TV Assembléia neste momento e ouviram o seu pronunciamento, pode parecer que V. Exa. também está defendendo o direito de o Sargento torturar pessoa que havia torturado outra. Parece que o Sargento compareceu ao seu gabinete para se defender e dizer que não teria cometido tais torturas.

A sociedade criou o Judiciário exatamente para que faça aquilo que as pessoas, antigamente, exerciam, que é a justiça. Então, se uma pessoa praticou crime ou tortura, necessariamente não precisa ser torturado. Por isso seria bom deixar claro que V. Exa. está defendendo o direito de o policial exercer sua função, seu trabalho. Realmente, não dá para "alisar" nessa função.

É importante para a sociedade que V. Exa. esclareça se o Sargento assumiu que torturou o criminoso. Se o Sargento torturou, igualou-se, nivelou-se ao criminoso. Portanto, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e solicitar esse esclarecimento.

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado João Batista de Oliveira, fiz questão de frisar, daqui desta tribuna, que esse é um assunto bastante delicado.

O Sargento esteve em nosso gabinete e nos disse que não praticou nada daquilo. Disse, inclusive, que o pai e a mãe de um dos marginais os acompanharam durante a abordagem que fizeram e no momento em que recuperaram alguns objetos, frutos de furtos e roubos.

Assim, gostaríamos de deixar claro que o Sargento não praticou tal ato e foi ao gabinete para prestar esclarecimentos, porque a ele não foi dado esse mesmo espaço pela imprensa. Então, esteve em nosso gabinete e negou as acusações.

Mas a Comissão de Direitos Humanos já encaminhou o assunto ao Ministério Público. A Promotoria já está tomando providências, e, certamente, será ouvido lá. Agora, queria dizer para a sociedade que as pessoas que estiveram aqui fazendo a queixa praticaram o mesmo ato. A Comissão de Direitos Humanos tem que apurar, mas entendemos que essas pessoas têm que pensar duas vezes antes de agir.

Portanto, volto a repetir: o Sargento negou as acusações e falou que está completamente desestimulado a trabalhar, exatamente por causa dessas questões e, principalmente, porque não foi dado a ele o mesmo espaço dado à mídia para divulgar os fatos nos jornais "Estado de Minas", "Hoje em Dia", "O Tempo" e "Diário da Tarde".

Para encerrar, gostaria de dizer a esta Casa que o Governador Itamar Franco encaminhou, na última sexta-feira, dia 16 de março, o novo código de ética e de disciplina dos militares do nosso Estado. Gostaria, de público, de agradecer ao Governador Itamar Franco por estar cumprindo um dos grandes anseios dos policiais e bombeiros militares do nosso Estado.

Tenho certeza absoluta de que o objetivo principal de tudo aquilo que ocorreu em 1997 tem a ver com esse código de ética e disciplina. Por isso, gostaria de parabenizar o Governador Itamar Franco por ter enviado esse projeto de lei e, mais uma vez, de contar com os pares desta Casa para que possamos aprová-lo. O projeto vem tramitando em regime de urgência, para que possamos, de uma vez por todas, dar à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar essa harmonia de que tanto precisam para trabalhar. Graças a Deus, desta vez, o código vem atendendo, em grande parte, às relações democráticas no que diz respeito às relações interpessoais dos militares do nosso Estado.

Sr. Presidente, gostaria de deixar, de público, este agradecimento e dizer que estaremos atentos e acompanhando a tramitação desse projeto de lei. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/3/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.949, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - "Diário do Legislativo", edição de 8/3/2001, que nomeou José Augusto de Oliveira Penna Naves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Raquel Guimarães Heinisch do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Elton Andrade Coelho Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando José Augusto de Oliveira Penna Naves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2001

CONVITE Nº 3/2001

Objeto: aquisição de condicionadores de ar tipo "Split" - Licitante vencedora: Só Suportes e Ventiladores Ltda. (subitens 1.1 e 1.2).